

BOLETIM INFORMATIVO

Programa de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres VIGIDESASTRES

Nº

01/2026

Gerência

Gerência Executiva de Vigilância em Saúde

Gerência operacional

Gerência Operacional de Vigilância
Ambiental

Núcleo

Núcleo de Fatores Não Biológicos

APRESENTAÇÃO

Desastre é entendido como uma grave interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, resultando em perdas materiais, econômicas, ambientais e/ou perdas humanas, que superam a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com a situação.

Os desastres impactam toda a comunidade, tornando essencial o levantamento dos eventos, das exposições, das vulnerabilidades da população e da infraestrutura, além dos recursos disponíveis, considerando sua quantidade, localização, acessibilidade, complexidade, e capacidade operacional e técnica.

Embora os desastres sejam diversos e imprevisíveis, sua recorrência ao longo dos anos permite identificar as tipologias, regiões e municípios mais afetados e as áreas com maior potencial de risco. A gestão de riscos exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para uma resposta eficaz.

Diante disso, a Secretaria de Estado de Saúde da Paraíba, por meio da Gerência Operacional de Vigilância Ambiental apresenta este boletim para divulgar o cenário dos desastres e orientar no desenvolvimento de ações de prevenção, resposta e recuperação.

Governador do Estado da Paraíba
João Azevêdo Lins Filho

Secretário da Saúde da Paraíba
Arimatheus Silva Reis

Gerente Executiva de Vigilância em Saúde
Talita Tavares Alves de Almeida

Gerente Operacional de Epidemiologia
Talitha Emanuelle Lira

Gerente Operacional de Resposta Rápida
Diana de Fátima Alves Pinto

Gerente Operacional de Saúde Ambiental
Luiz Francisco de Almeida

Elaboração e Revisão
Ponto focal do Vigidesastres Estadual
Nilton Guedes do Nascimento

Apoiadora do Programa Vigidesastres
Estadual
Bruna Lima da Rocha

Chefe do Núcleo de Fatores Não
Biológicos
Liliane de Araújo Lima Monteiro Lino

GLOSSÁRIO

DESASTRE: Resultado de eventos adversos, sejam naturais ou causados pelo homem, em um cenário vulnerável, provocando grave perturbação no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, com perdas e danos significativos nas esferas humana, material, econômica ou ambiental, ultrapassando a capacidade de resposta da comunidade com recursos próprios.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA: Estado de alteração intensa e séria das condições normais em um município, estado ou região, decretado devido a um desastre, comprometendo parcialmente a capacidade de resposta da área afetada.

CALAMIDADE PÚBLICA: Estado de alteração intensa e grave das condições normais em um município, estado ou região, decretado em função de um desastre, comprometendo substancialmente a capacidade de resposta local.

ESTIAGEM: Período prolongado de baixa ou ausência de chuvas, em que a perda de umidade no solo excede sua reposição.

SECA: Estiagem prolongada que causa uma redução significativa das reservas hídricas. Um período seco prolongado o suficiente para provocar desequilíbrio grave no ciclo hidrológico.

CHUVAS INTENSAS: Precipitações com acumulados significativos, capazes de causar múltiplos desastres, como inundações, deslizamentos de terra e enxurradas.

INUNDAÇÕES: Submersão de áreas situadas fora dos limites normais de um curso d'água, afetando zonas que, em condições regulares, permanecem secas. Ocorre geralmente de forma gradual, devido às chuvas prolongadas em áreas de planície.

ENXURRADAS: Escoamento superficial rápido e com alta energia, causado por chuvas intensas e concentradas, comumente em pequenas bacias com relevo acidentado. É caracterizado pela elevação súbita do fluxo d'água e transbordamento abrupto do leito fluvial, possuindo elevado poder destrutivo.

QUEIMADAS: Método tradicional da agropecuária para limpar o terreno, visando o cultivo ou a formação de pastos, com uso controlado do fogo. Quando fora de controle, pode ocasionar incêndios em florestas, matas e áreas extensas.

INCÊNDIOS FLORESTAIS: Fogo não controlado e não planejado que se alastra sobre vegetação nativa ou plantada em áreas rurais.

FOCOS DE CALOR: Temperaturas registradas por sensores de satélites de monitoramento, indicando temperaturas acima de 47°C.

Fonte: Glossário de Defesa Civil - Estudos de Riscos e Medicina de Desastres

PROGRAMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DOS RISCOS ASSOCIADOS AOS DESASTRES

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil conta com programas específicos que visam proteger a saúde pública diante de riscos ambientais e sanitários, especialmente em situações de desastres, problemas de qualidade da água e poluição do ar. Cada programa é direcionado a um tipo específico de ameaça, mas todos colaboram para construir uma resposta integrada e resiliente frente aos desafios da saúde ambiental e dos riscos associados aos desastres.

- **VIGIDESASTRES:** Este programa foca na vigilância dos riscos de saúde pública relacionados a desastres naturais (como secas, enchentes) e tecnológicos (como vazamentos de substâncias tóxicas). O objetivo é implementar ações preventivas e reativas, como a preparação, o monitoramento e a resposta rápida, além da reabilitação das comunidades afetadas. O Vigidesastres integra a gestão de riscos no SUS e promove a cooperação entre órgãos governamentais e instituições, buscando mitigar os efeitos de emergências na saúde pública e fortalecer a resiliência das populações. Assim, ao envolver setores diversos, o programa consegue responder não só aos danos imediatos, mas também trabalhar as causas subjacentes dos desastres, ajudando a prevenir futuros eventos.

- **VIGIAGUA:** Este programa atua para assegurar o direito à água potável e segura, essencial para a saúde pública e para a prevenção de doenças transmitidas pela água. VIGIAGUA realiza o monitoramento contínuo da qualidade da água em formas de abastecimento, desde a captação, passando pelo tratamento e chegando ao consumidor final. Ele identifica potenciais riscos para que ações corretivas possam ser realizadas com rapidez. O Sistema de Informação da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) é uma ferramenta-chave do VIGIAGUA, pois coleta e organiza dados rotineiramente para apoiar o planejamento e a execução de medidas preventivas, contribuindo com a tomada de decisões rápidas e informadas pelas autoridades de saúde.

- **VIGIAR:** Voltado para a qualidade do ar, o Vigiar monitora e avalia os efeitos de poluentes no ar, como fumaça de queimadas, emissões industriais e automotivas, que podem causar problemas respiratórios e cardiovasculares na população. Em áreas prioritárias, o programa realiza monitoramento da saúde das populações afetadas, avaliação de riscos, e implementa estratégias de controle e políticas públicas. O Vigiar promove também a intersetorialidade, colaborando com setores de meio ambiente e outras agências para identificar fontes de poluição e desenvolver soluções. Esse trabalho intersetorial é fundamental para criar um ambiente mais saudável e minimizar os efeitos da poluição na saúde da população.

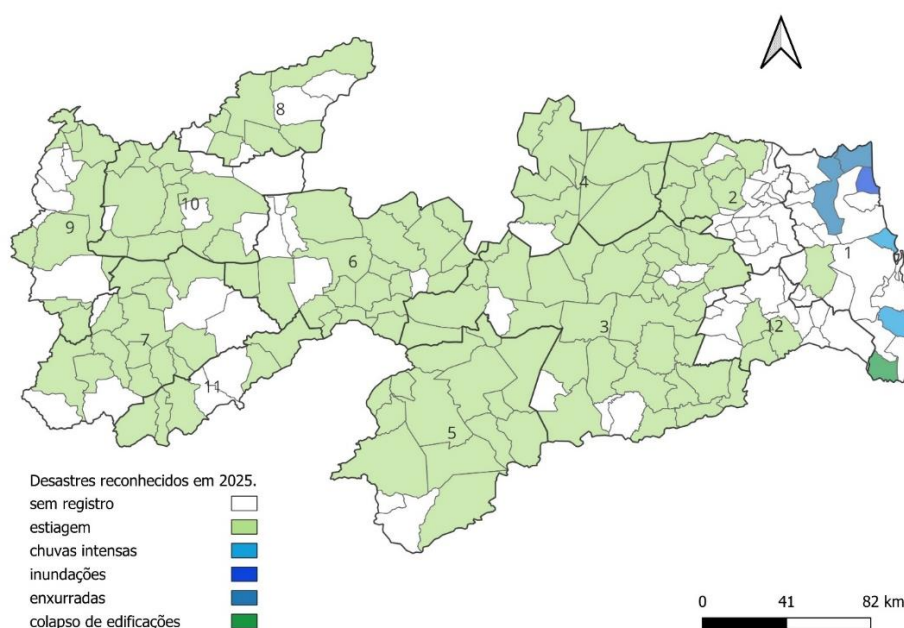
Esses três programas do SUS representam um sistema abrangente de vigilância ambiental e de saúde pública. Trabalham em conjunto para responder aos desafios ambientais e sanitários, sempre com a visão de prevenir e minimizar os danos à saúde e aumentar a resiliência das comunidades. Ao focarem em diferentes áreas, como desastres, água e ar, eles buscam garantir que a saúde pública seja preservada em todos os aspectos, promovendo uma resposta rápida e coordenada diante das ameaças e uma base de proteção contínua para a população.

CENÁRIO DE DESASTRES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025.

A Figura 1 apresenta a distribuição dos municípios em situação de emergência por desastres de janeiro a dezembro de 2025. Neste período, 140 municípios decretaram e tiveram desastres de reconhecimento federal por situação de emergência, sendo divididos em desastres climatológicos, hidrológicos e desastres relacionados a obras civis. Observou-se que, aproximadamente, 95,7% dos desastres estiverem relacionado a estiagem, atingindo a maior parte dos municípios, reforçando o caráter crônico dessa tipologia de desastres no território paraibano.

Observa-se maior concentração de decretos por estiagem nas regiões do Agreste e Borborema, enquanto os eventos de chuvas intensas, inundações e enxurradas concentram-se principalmente no litoral e áreas adjacentes.

Figura 1 - Municípios com decretos reconhecidos por situações de emergência, segundo Gerências Regionais de Saúde, Paraíba, 2025.



A maior concentração de decretos por estiagem ocorreu nas Gerências Regionais de Saúde do interior, com destaque para a 3ª GRS (34 decretos), 6ª GRS (19) e 5ª GRS (15). Os eventos hidrológicos - chuvas intensas, enxurradas e inundações - assim como o colapso de edificações, apresentaram ocorrência pontual, concentrando-se exclusivamente na 1ª GRS (tabela 1).

Tabela 1 - Número de decretos de situação de emergência reconhecidos, segundo tipo de desastre e Gerências Regionais de Saúde (GRS), Paraíba, 2025.

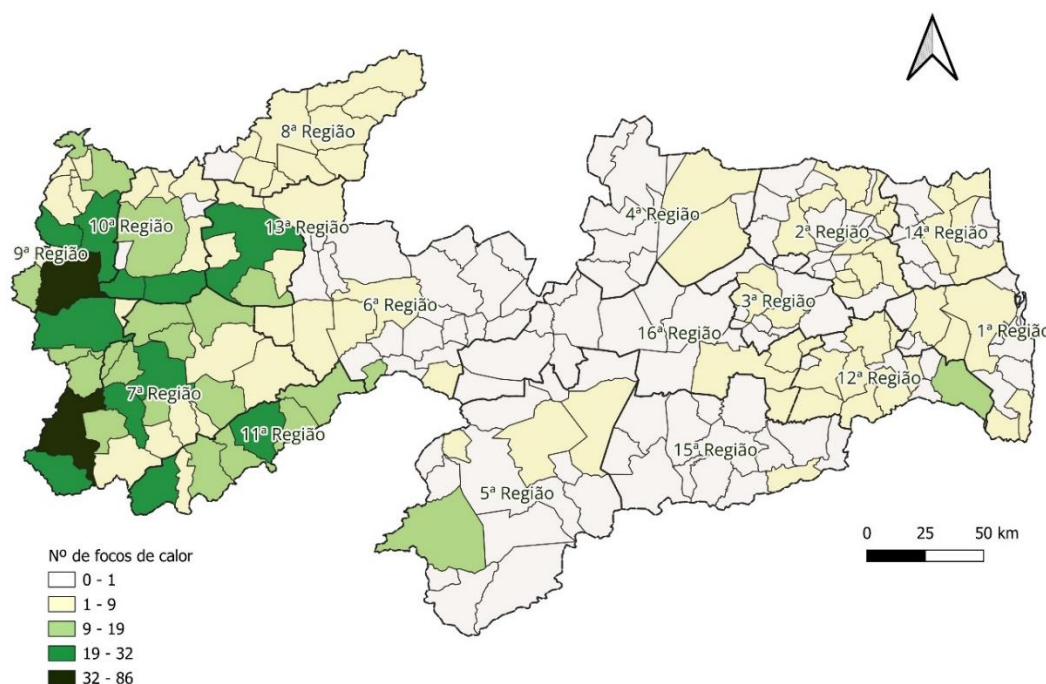
GRS	Estiagem	Chuvas intensas	Enxurradas	Inundações	Colapso de edificações	Total geral
1ª		2	2	1	1	6
2ª	7					7
3ª	34					34
4ª	12					12
5ª	15					15
6ª	19					19
7ª	13					13
8ª	6					6
9ª	10					10
10ª	10					10
11ª	5					5
12ª	3					3
Total Geral	134	2	2	1	1	140

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID, 2025).

QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS

As queimadas e os incêndios florestais representam fontes significativas de poluentes atmosféricos, com impactos diretos na saúde humana e no meio ambiente. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), obtidos por meio dos sensores do satélite AQUA-T, indicam que, entre janeiro e dezembro de 2025, foram identificados 1.061 focos de calor no estado da Paraíba, distribuídos em 143 municípios, evidenciando ampla dispersão territorial desses eventos. Conforme ilustrado na Figura 2, observa-se maior concentração de focos em um conjunto específico de municípios, com destaque para Conceição (86 registros), Cajazeiras (66), Diamante (32), São José de Piranhas (31) e São João do Rio do Peixe (30), configurando áreas prioritárias para ações de vigilância ambiental, prevenção de queimadas e mitigação de impactos à saúde.

Figura 2 - Concentração de focos de calor por município no estado da Paraíba, 2025.



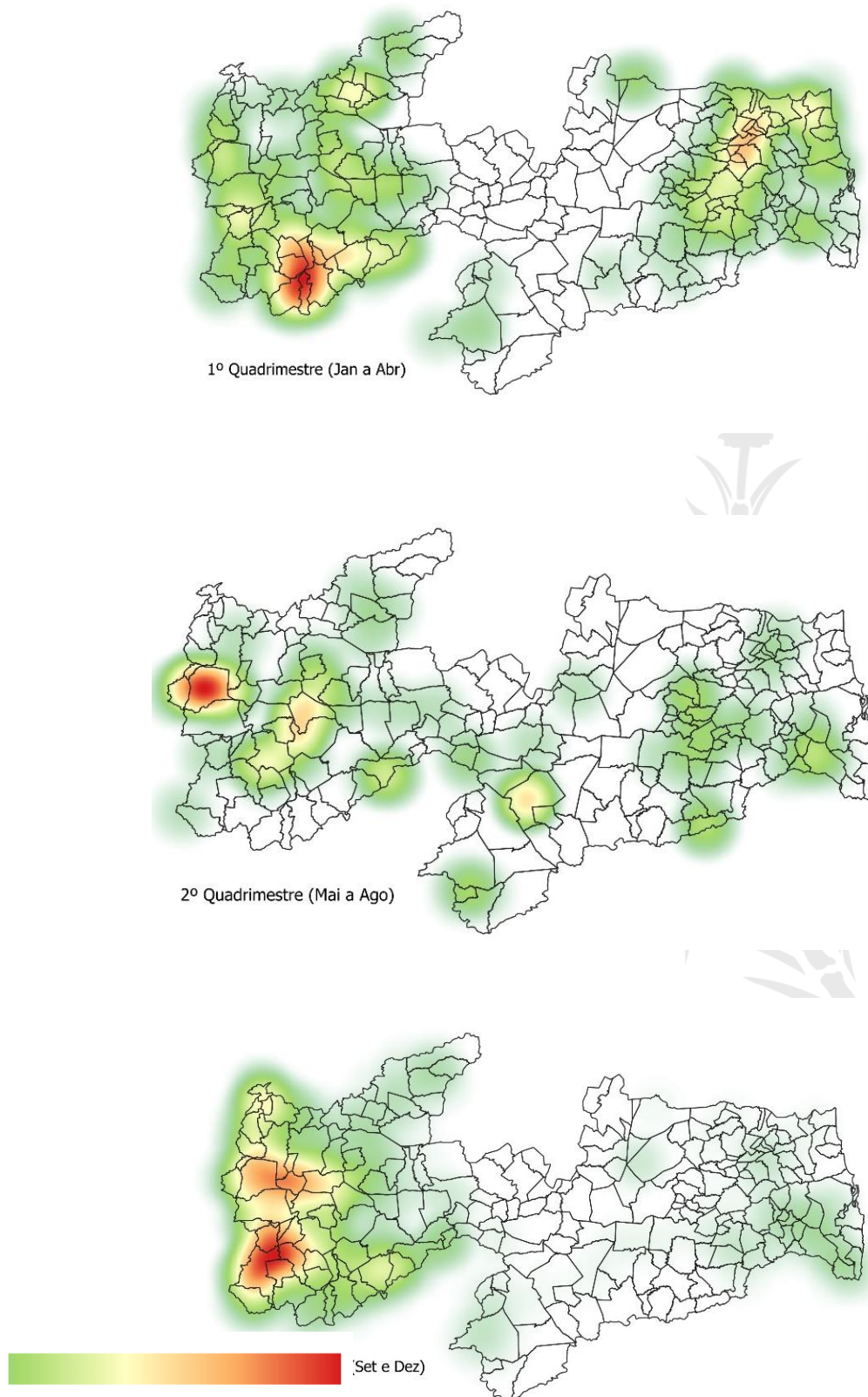
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do BDqueimadas (08/01/2026).

A distribuição espacial dos focos de calor na Paraíba, apresentada na Figura 2, evidencia forte sazonalidade e concentração dos eventos em áreas do bioma Caatinga, particularmente nos períodos de estiagem prolongada.

No 1º quadrimestre (janeiro a abril), os focos apresentam distribuição mais difusa e menor intensidade, indicando condições ambientais menos favoráveis à propagação do fogo. No 2º quadrimestre (maio a agosto), observa-se intensificação gradual e maior concentração espacial, especialmente no Sertão paraibano, acompanhando o avanço do período seco. A maior intensidade e concentração dos focos ocorre no 3º quadrimestre (setembro a dezembro), conforme evidenciado na Figura 3, caracterizando o período de maior risco.

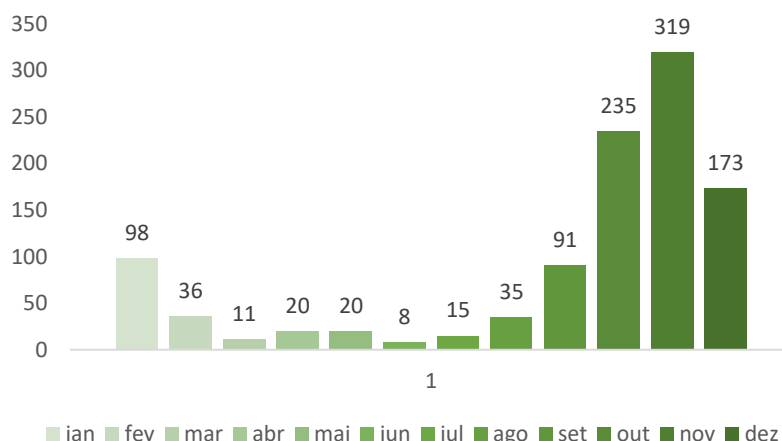
A análise temporal apresentada no Gráfico 1 demonstra que os focos se concentram principalmente nos meses de novembro (319 registros) e outubro (235), com redução em dezembro (173), possivelmente relacionada ao início do período chuvoso. Esses padrões espaciais e temporais confirmam a influência da sazonalidade climática na ocorrência dos focos de calor, destacando períodos e áreas prioritárias para ações de vigilância e prevenção.

Figura 3 - Densidade dos focos de calor indicativos de queimada por quadrimestres no estado da Paraíba, 2025.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do BDQueimadas (INPE, 2025).

Gráfico 1 - Variação mensal dos focos de calor no estado da Paraíba, 2025



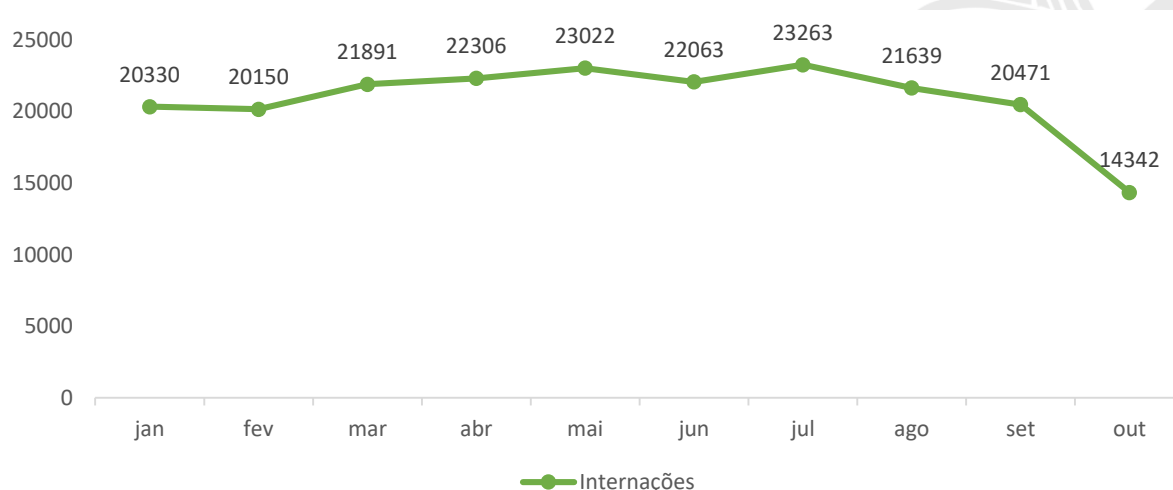
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do BDQueimadas (INPE, 2025).

A análise mensal das internações por doenças do aparelho respiratório na Paraíba, no período de janeiro a outubro de 2025, evidencia variação sazonal ao longo do ano. Observa-se estabilidade no início do ano, seguida de aumento gradual a partir de março, com maior concentração das internações entre maio e julho.

A partir de agosto, verifica-se tendência de redução, mais acentuada em outubro, que apresenta o menor número de registros do período analisado. Esse comportamento indica maior ocorrência das internações no primeiro semestre e início do segundo semestre, com declínio nos meses subsequentes.

Ressalta-se que os dados referentes a novembro e dezembro de 2025 ainda não estavam disponíveis no momento da análise, podendo alterar o padrão observado no último trimestre do ano.

Gráfico 2 - Número de internação por doenças respiratórias na população, Paraíba, janeiro-março, 2025.



VIGIAGUA

Entre janeiro e dezembro de 2025, alguns municípios da Paraíba não registraram informações no SISAGUA sobre a qualidade da água para consumo humano. Os municípios com ausência de registros foram Santa Luzia (6ª GRS), Aguiar, Coremas e Santa Inês (7ª GRS), e Santa Helena (9ª GRS).

Além disso, no mesmo período, alguns municípios não realizaram as análises obrigatórias de Cloro Residual Livre, indicador fundamental para avaliar a segurança microbiológica da água distribuída. Os municípios com ausência dessas análises estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Municípios que não realizaram as análises de Cloro Residual Livre no período de janeiro a dezembro de 2025.

GERÊNCIA	MUNICÍPIOS
1ª GRS	Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Lucena, Mari, Mataraca, Riachão do Poço.
2ª GRS	Sertãozinho.
3ª GRS	Riacho de Santo Antônio.
6ª GRS	Mae D'Água, Santa Luzia, São Mamede.
7ª GRS	Aguiar, Coremas, Santa Inês.
9ª GRS	Santa Helena.

Fonte: SISAGUA em 06/01/2026.

Fonte: DATASUS

O percentual de cumprimento da diretriz nacional de amostragem para os parâmetros básicos de qualidade da água também foi monitorado. Esses dados apontam o nível de adesão dos municípios ao plano nacional, que busca garantir a consistência e a segurança da água para consumo humano.

A Tabela 2 apresenta o número de amostras analisadas por parâmetros básicos de qualidade da água na Paraíba, entre janeiro e dezembro de 2025. Observa-se padrão semelhante entre os parâmetros de Coliformes totais/E. coli, Turbidez e Cloro Residual Livre, com maior número de análises concentrado entre março e agosto, destacando-se os meses de março e julho.

Nos meses iniciais do ano, especialmente em janeiro, registra-se menor volume de amostras, seguido de incremento ao longo do primeiro semestre. A partir de setembro, verifica-

se leve redução no número de análises, mantendo-se valores relativamente estáveis até dezembro. No total anual, foram analisadas 22.103 amostras de Coliformes totais/E. coli, 21.949 de Turbidez e 21.497 de Cloro Residual Livre (CRL), indicando regularidade no monitoramento ao longo do período.

Tabela 2 - Distribuição mensal do número de amostras analisadas dos parâmetros básicos de vigilância da qualidade da água, Paraíba, 2025.

PARÂMETROS BÁSICOS	COLIFORMES TOTAIS/E.COLI	TURBIDE Z	CLORO RESIDUAL LIVRE
JAN	1.037	1.043	1.040
FEV	1.863	1.781	1.791
MAR	2.129	2.116	2.010
ABR	1.977	1.988	2.034
MAI	1.659	1.667	1.713
JUN	1.521	1.507	1.542
JUL	2.282	2.260	2.252
AGO	2.073	2.064	1.920
SET	1.887	1.875	1.839
OUT	1.843	1.836	1.793
NOV	1.976	1.976	1.812
DEZ	1.856	1.836	1.751
Total	22.103	21.949	21.497

Fonte: SISAGUA em 06/01/2026.

A análise do cumprimento da Diretriz Nacional para os parâmetros básicos de qualidade da água, por quadrimestre, indica variação ao longo de 2025, com média anual de cumprimento de 88%. No 1º quadrimestre, observa-se evolução progressiva dos percentuais, alcançando níveis próximos ou superiores à meta ao final do período.

O 2º quadrimestre apresenta o melhor desempenho, com cumprimento elevado, apesar de oscilação pontual em junho. No 3º quadrimestre, verifica-se redução dos percentuais, mantendo-se, em geral, próximos à meta, com maior impacto no CRL.

Tabela 3 - Percentual de cumprimento da Diretriz Nacional para os parâmetros básicos da vigilância da qualidade da água, por quadrimestre, Paraíba, 2025.

PARÂMETROS BÁSICOS	COLIFORMES TOTAIS/E.COLI	TURBIDEZ	CLORO RESIDUAL LIVRE	% DE CUMP DA DIR. NACIONAL
I				
1º QUADRIMESTRE				
JAN	50%	50%	50%	50%
FEV	90%	86%	87%	88%

MAR	103%	102%	97%	101%
ABR	96%	96%	98%	97%
2º QUADRIMESTRE				
MAI	80%	81%	83%	81%
JUN	74%	73%	75%	74%
JUL	110%	109%	109%	110%
AGO	100%	100%	93%	98%
3º QUADRIMESTRE				
SET	91%	91%	89%	90%
OUT	89%	89%	87%	88%
NOV	96%	96%	88%	93%
DEZ	90%	89%	85%	88%

Fonte: SISAGUA em 06/01/2026.

Dos 223 municípios da Paraíba, 152 atingiram a meta do Indicador 5 do PQA-VS (Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde), o que corresponde a 68,2% dos municípios a atingir o percentual mínimo de 75% das análises obrigatórias para o residual de agente desinfetante.

Ao analisar o desempenho por Gerência Regional de Saúde (GRS), observa-se heterogeneidade importante entre as regiões, especialmente quando considerada a proporção de municípios que alcançaram a meta em relação ao total de municípios de cada GRS (Tabela 3).

Destaques positivos:

- 8ª e 11ª GRS apresentou 100% dos municípios com cumprimento integral da meta.
- 2ª, 4ª e 10ª GRS também se destacaram, com elevados percentuais de municípios que atingiram a meta (72%, 91,7% e 93,3%, respectivamente).
- As demais gerências, menos de 70% dos municípios atingiram a meta, indicando que ainda há necessidade de fortalecimento das ações para ampliação da cobertura.

Tabela 4 - Distribuição dos municípios que atingiram a meta do Indicador 5 do PQA-VS, segundo Gerência Regional de Saúde (GRS), Paraíba, 2025.

GERÊNCIA	Nº DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS
1ª GRS	14	Alhandra, Baia da Traição, Bayeux, Caapora, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Jacaraú, João Pessoa, Mamanguape, Pedro Regis, Rio Tinto, Santa Rita e Sobrado.
2ª GRS	18	Araruna, Bananeiras, Belém, Caiçara, Casserengue, Cuitegi, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Riachão, Serra da Raiz, Serraria, Solânea e Tacima.

3ª GRS	25	Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Areia, Assunção, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Caturité, Esperança, Fagundes, Juazeirinho, Matinhas, Montadas, Natuba, Olivedos, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Santa Cecília, Santo André, Serra Redonda, Soledade, Taperoá e Umbuzeiro.
4ª GRS	11	Barra de Santa Rosa, Cubati, Cuité, Damiao, Frei Martinho, Nova Floresta, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Picuí, São Vicente do Seridó e Sossego.
5ª GRS	10	Camalaú, Congo, Coxixola, Gorjão, Monteiro, Ouro Velho, São Joao do Tigre, São Jose dos Cordeiros, São Sebastiao do Umbuzeiro e Sumé.
6ª GRS	16	Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Malta, Passagem, Patos, Quixaba, Santa Teresinha, São Jose de Espinharas, São Jose do Bonfim, Teixeira, Várzea e Vista Serrana.
7ª GRS	10	Boa Ventura, Iriara, Itaporanga, Nova Olinda, Olho D'agua, Piancó, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, São Jose de Caiana e Serra Grande.
8ª GRS	10	Belém do Brejo Do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha, Jerico, Mato Grosso, Riacho dos Cavalos, São Bento e São Jose do Brejo Do Cruz.
9ª GRS	10	Bom Jesus, Bonito de Santa Fe, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Joca Claudino, Monte Horebe, São Joao do Rio Do Peixe, Triunfo e Uiraúna.
10ª GRS	14	Aparecida, Cajazeirinhas, Lagoa, Lastro, Marizópolis, Nazarezinho, Paulista, Pombal, Santa Cruz, São Bentinho, São Francisco, São Jose da Lagoa Tapada, Sousa e Vieiropólis.
11ª GRS	7	Água Branca, Imaculada, Juru, Manaíra, Princesa Isabel, São José de Princesa e Tavares.
12ª GRS	7	Gurinhém, Juripiranga, Mogeiro, Pilar, Salgado de São Felix, São Jose dos Ramos e São Miguel de Taipu.
TOTAL	152	

Fonte: SISAGUA em 06/01/2026 (dados sujeitos a alterações).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Banco de dados e registros de desastres: sistema integrado de informações sobre desastres - S2ID. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/relatorios/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NPE. Banco de Dados de queimadas. Disponível em: <http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>. Acesso em: 31 de março de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - SISAGUA. Disponível em: <https://sisagua.saude.gov.br/sisagua/login.jsf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

